

# Videolar-Innova S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da  
Videolar Innova S.A.  
Manaus - AM

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar-Innova S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar-Innova S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Valor recuperável de ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e ativo fiscal diferido - notas explicativas 6,6, 6.9, 15.1 e 25**

A Companhia mantém um saldo significativo de ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e ativo fiscal diferido, cuja recuperabilidade é baseada em análises e projeções de fluxos de caixa e geração de resultados. A Companhia exerce julgamento significativo na determinação das projeções de fluxos de caixa e de lucros tributáveis futuros que são baseadas em premissas que refletem o seu ambiente econômico e operacional, especialmente as estimativas da produção e vendas, a inflação e as taxas de desconto e de crescimento econômico. Devido ao significativo grau de julgamento das estimativas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa e lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Efetuamos o entendimento do processo de avaliação do valor recuperável do ágio e de determinação do valor do ativo fiscal diferido e avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável e ao ativo fiscal diferido disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas, tais como as estimativas da produção e vendas, a inflação e as taxas de desconto e de crescimento econômico utilizadas pela Companhia nas projeções de fluxos de caixa e de lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, avaliamos se a base fiscal utilizada para o cálculo dos tributos diferidos era apropriada tendo como referência a legislação tributária vigente. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia relativas ao ágio e aos tributos diferidos e relativas à análise de sensibilidade que demonstram o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave utilizadas pela Companhia.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento do ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e do ativo fiscal diferido são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Juliana Leonam de Araujo Braga  
Contadora CRC 1SP251062/O-5

## Videolar-Innova S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.080	48.726	Empréstimos e financiamentos	16	198.821	326.641
Contas a receber	9	462.307	414.846	Instrumentos financeiros	28	12.623	-
Instrumentos financeiros		-	20.672	Fornecedores	17	351.365	289.435
Estoques	10	264.084	246.436	Obrigações com pessoal e encargos sociais		24.151	29.307
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	25.c	583	2.107	Obrigações fiscais		8.121	8.521
Impostos a recuperar	11	18.980	16.551	Outras obrigações		36.621	25.294
Outras contas a receber	12	3.825	4.231			<u>631.702</u>	<u>679.198</u>
Adiantamento a fornecedores		12.324	283				
Despesas antecipadas		3.471	3.517				
		<u>771.654</u>	<u>757.369</u>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.a	189.754	231.193	Empréstimos e financiamentos	16	275.126	457.559
Contas a receber	9	8.404	14.224	Provisão para contingências	18	16.262	18.606
Impostos a recuperar	11	16.723	15.211	Outras obrigações		22.047	10.306
Outras contas a receber	12	5.206	7.887			<u>313.435</u>	<u>486.471</u>
Depósitos judiciais	18	13.588	22.594				
		<u>233.675</u>	<u>291.109</u>				
<b>Patrimônio líquido</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Propriedade para investimento	13	185.312	185.312	Capital social	19.a	686.832	686.832
Imobilizado	14	1.160.830	1.136.803	Reservas de incentivos fiscais	19.e	781.646	672.794
Intangível	15	284.958	320.470	Reserva legal	19.c	33.552	25.655
		<u>1.631.100</u>	<u>1.642.585</u>	Reservas de lucros	19.f	92.254	42.943
				Ajuste de avaliação patrimonial	19.b	97.008	97.170
				<b>Patrimônio líquido</b>		<u>1.691.292</u>	<u>1.525.394</u>
		<u>2.636.429</u>	<u>2.691.063</u>			<u>2.636.429</u>	<u>2.691.063</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Videolar-Innova S.A.

## Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Receita operacional líquida</b>	20	2.191.921	2.048.888
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(1.791.204)</u>	<u>(1.650.460)</u>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>400.717</b>	<b>398.428</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e vendas	22	(169.264)	(186.035)
Realização de mais valia		(31.683)	(31.683)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	<u>43.700</u>	<u>31.766</u>
		<u>(157.247)</u>	<u>(185.952)</u>
Receitas financeiras	24	41.597	41.604
Despesas financeiras	24	(110.660)	(84.083)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	<u>52.184</u>	<u>205.517</u>
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(16.879)</b>	<b>163.038</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>226.591</b>	<b>375.514</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	25.b	(10.808)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	<u>(57.844)</u>	<u>9.038</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>157.939</u></b>	<b><u>384.552</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Videolar-Innova S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
<b>Resultado do exercício</b>	157.939	384.552
<b>Resultados abrangentes</b>	<u>157.939</u>	<u>384.552</u>
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	157.939	384.552
<b>Resultado abrangente atribuível aos Acionistas controladores</b>	<u>157.939</u>	<u>384.552</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><b>157.939</b></u>	<u><b>384.552</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Videolar-Innova S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>686.832</u>	<u>106.534</u>	<u>6.427</u>	<u>350.168</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.149.961</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	384.552	384.552
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(9.119)	-	-	-	-	(9.119)
Realização de ajuste patrimonial	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal (nota 20.c)	-	-	19.228	-	-	(19.228)	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais (nota 20.e)	-	-	-	322.626	-	(322.626)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota 20.f)	-	-	-	-	42.943	(42.943)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>686.832</u>	<u>97.170</u>	<u>25.655</u>	<u>672.794</u>	<u>42.943</u>	<u>-</u>	<u>1.525.394</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	83	-	-	-	-	83
Realização da reserva de incentivos fiscais IRPJ	-	-	-	7.876	-	-	7.876
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	157.939	157.939
Realização de ajuste patrimonial	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal (nota 19.c)	-	-	7.897	-	-	(7.897)	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais (nota 19.e)	-	-	-	100.976	-	(100.976)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota 19.f)	-	-	-	-	49.311	(49.311)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>686.832</u>	<u>97.008</u>	<u>33.552</u>	<u>781.646</u>	<u>92.254</u>	<u>-</u>	<u>1.691.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Videolar-Innova S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		157.939	384.552
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	14 e 15	74.353	78.285
Realização de mais valia		31.683	31.683
Imposto de renda diferido e corrente		68.652	(9.038)
Baixa do ativo imobilizado e intangível		36.078	80.477
Reversão da provisão para contingências	18	(2.344)	(1.953)
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	9	(207)	1.485
Provisões para obsolescência	10	(393)	(2.059)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, obrigações fiscais, depósitos judiciais, contas a pagar e contas a receber, líquido		24.905	(163.113)
		<u>390.666</u>	<u>400.319</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			
Duplicatas e títulos a receber		(40.612)	(117.968)
Estoques		(17.255)	(12.810)
Impostos a recuperar		(2.417)	5.452
Outros		98	23.437
		<u>(60.186)</u>	<u>(101.889)</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores		45.506	116.188
Royalties a pagar		-	(4.742)
Salários e encargos sociais		(5.156)	1.607
Outros		16.002	7.802
		<u>56.352</u>	<u>120.855</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
		<u>386.832</u>	<u>419.285</u>
Impostos pagos sobre o lucro		(2.349)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			
		<u>384.483</u>	<u>419.285</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado		(145.858)	(98.798)
Aquisições de intangível		(1.092)	(3.289)
Propriedade para investimento		-	(23.253)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>			
		<u>(146.950)</u>	<u>(125.340)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de financiamentos		140.603	97.874
Pagamento de financiamentos e juros		(420.782)	(363.331)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>			
		<u>(280.179)</u>	<u>(265.457)</u>
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes</b>			
		<u>(42.646)</u>	<u>28.488</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		48.726	20.238
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>6.080</u>	<u>48.726</u>
<b>Variação no caixa e equivalentes no exercício</b>			
		<u>(42.646)</u>	<u>28.488</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 1 Contexto operacional

A Videolar-Innova S.A. (“Videolar-Innova” e “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede social da Companhia fica na Avenida Torquato Tapajós, nº 5.555, Bloco B, Taruma, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM.

A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Estireno e Poliestireno e Poliestireno Expansível), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros, além de atuar no segmento de transformados plásticos como, por exemplo, Tampas Plásticas e BOPP (filme de polipropileno bi-orientado).

Em 31 de outubro de 2014, com a aquisição de 60% de participação acionária da Innova S.A. (“Innova”), que pertencia a Petroleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”), a Companhia se consolida no segmento Petroquímico.

Em 30 de setembro de 2015 a Videolar S.A. efetiva formalmente a incorporação da Innova e a Companhia passa a se chamar Videolar-Innova S.A.

Após a reorganização societária a Companhia passou a contar com três parques fabris, sendo dois em Manaus, no Estado do Amazonas e um em Triunfo no Rio Grande do Sul, passando a ser líder de mercado de Poliestireno no país.

### 2 Base de preparação

#### Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Uso de estimativas e julgamentos**

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota 14** - Ativo imobilizado - revisão da vida útil;
- **Nota 15** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;
- **Nota 18** - Provisões para contingências;
- **Nota 25** - Imposto de renda e contribuição social diferido.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- As propriedades para investimento são mensurados pelo valor justo.

**6 Principais políticas contábeis**

Apresentamos abaixo um índice das principais políticas contábeis as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Visando a melhoria na apresentação das rubricas de custos dos produtos vendidos e despesas administrativas e vendas, a Companhia reclassificou, em 2016, R\$ 38.447 referente a ociosidade na produção de despesas administrativas e vendas para custos dos produtos vendidos.

- **6.1** - Combinação de negócios
- **6.2** - Receita operacional
- **6.3** - Subvenção e assistências governamentais
- **6.4** - Receitas e despesas financeiras
- **6.5** - Moeda estrangeira
- **6.6** - Imposto de renda e contribuição social
- **6.7** - Estoque
- **6.8** - Imobilizado
- **6.9** - Intangível

- **6.10** - Propriedade para investimento
- **6.11** - Instrumentos financeiros
- **6.12** - Redução ao valor recuperável - Impairment
- **6.13** - Provisões
- **6.14** - Benefícios a empregados
- **6.15** - Novas normas e interpretações ainda não efetivas

## **6.1 Combinação de negócios**

As combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

## **6.2 Receita operacional**

### **(i) Venda de bens**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

### **(ii) Incentivos fiscais**

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa 27, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia.

(iii) **Receita de aluguel de propriedade para investimento**

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida como receita pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como 'Outras receitas'.

**6.3 Subvenção e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas e de que serão auferidas e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Videolar-Innova é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas, Rio Grande do Sul e Governo Federal:

**a. ICMS**

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS, junto ao Estado do Amazonas, foram contabilizados no resultado do exercício, em contra partida do ICMS à recolher, no montante de R\$ 100.976 (R\$ 95.772 em 2016), conforme nota explicativa 27.

**b. FUNDOPEM-Subvenção para investimentos**

A Companhia possui os Benefícios Financeiros do FUNDOPEM/RS - Fundo Operação Empresa/RS e do INTEGRAR/RS - Programa de Harmonização de Desenvolvimento da Indústria do Rio Grande do Sul, previstos no Decreto 49.205/12. A concessão do benefício à Companhia ocorreu por meio dos Decretos 52.972 e 52.973, ambos de 31 de março de 2016.

A Companhia atendeu aos requisitos do CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamental" para seu reconhecimento e essa reserva para investimentos foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia.

**c. Imposto de renda**

A Companhia, nas suas unidades de Manaus, possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com o Decreto-Lei nº 756 de 1969.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

**d. IPI**

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

**e. PIS / Cofins**

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3º e 4º.

**f. Imposto de importação**

Imposto de renda - MP no 2.199-14 artigo 1o, IN no 217, de 9 de outubro de 2002, e com nova redação pela Lei no 11.196, de 2005 artigo 32.

#### **6.4 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### **6.5 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

#### **6.6 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### **(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



**(ii) Imposto diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e que devem ser aplicadas quando os respectivos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

**(iii) Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

**6.7 Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## 6.8 Imobilizado

### (i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### (ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

### (iii) *Custos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### (iv) *Depreciação*

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:

	2017	2016
Informática	5	5
Benfeitorias/instalações	10	10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Outros	20	20

## 6.9 Intangível

### (i) *Ágio*

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

#### *Mensuração subsequente*

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### (ii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### (iii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### (iv) *Amortização*

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Marcas e patentes	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

## 6.10 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

## 6.11 Instrumentos financeiros

A Videolar-Innova classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

### (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Videolar-Innova em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Videolar-Innova tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### (ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

#### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo e de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

#### **(iii) *Passivos financeiros não derivativos***

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### *Método da taxa efetiva de juros*

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

#### *Mensuração*

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

#### *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “Swap”*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(iv) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(v) **Capital Social**

*Ações ordinárias*

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

*Ações preferenciais*

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos mínimos obrigatórios ou prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

**6.12 Redução ao valor recuperável - Impairment**

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

Os ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a companhia, em condições que a companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de impairment inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

#### *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Os ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são, então, avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida para o resultado.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **6.13 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### 6.14 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### 6.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

##### ***CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)***

O CPC 47 (IFRS 15) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida. O pronunciamento entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 e substituiu as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no CPC 30 - Receitas / IAS 18, CPC 17 - Contratos de Construção / IAS 11 e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Companhia adotará o CPC 47 (IFRS 15) em suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 de maneira prospectiva. A Companhia está em fase de avaliação final dos potenciais impactos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em suas demonstrações financeiras. Como resultado da avaliação inicial realizada pela Companhia, os impactos identificados até o momento estão a seguir:

##### *(i) Venda de produtos*

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente ou retiradas por estes na localidade da Companhia, momento em que o cliente aceita os bens e a transferência dos riscos e benefícios relacionados a propriedade. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Administração com os produtos.

De acordo com o CPC 47 (IFRS 15), a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Assim, não são esperadas alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimento das receitas com a adoção da referida nova norma contábil.

##### *(ii) Devoluções de clientes*

Após o cliente confirmar formalmente o recebimento dos produtos, momento em que a qualidade dos produtos é mensurada e aceita, e apesar de não haver atualmente, negociações que permitem ao cliente devolver a mercadoria, excepcionalmente pode ocorrer devoluções, de produtos fora das especificações, identificados após o recebimento fiscal. Desta forma as devoluções podem ocorrer futuramente, por parte dos clientes, porém com volume e valor irrelevante.



(iii) *Outros*

A Companhia não espera outros impactos na adoção do CPC 47, pois não possui operações de venda por contratos de construção, programas de fidelidade, ou outros assuntos relacionados a receita que sofreram mudanças em relação as práticas contábeis pela adoção do CPC 47.

***CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)***

O CPC 48 (IFRS 9) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. O pronunciamento entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 e substituiu as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39).

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 (CPC 48) nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas no referido ano, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exige que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção do CPC 48 (IFRS 9) com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 no âmbito do CPC 38 (IAS 39). O resultado desta avaliação é indicado nos itens abaixo.

(i) *Classificação - Ativos Financeiros*

O CPC 48 (IFRS 9) contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O pronunciamento contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 48 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, teriam um impacto significativo na contabilização de aplicação financeira, caixa, contas a receber de clientes e outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não tinha investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda. A partir da adoção do CPC 48 (IFRS 9), caso a Companhia venha a ter ativos com a referida classificação, a Companhia deverá decidir então classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

(ii) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais*

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia está ainda em fase de avaliação da metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito do CPC 48 (IFRS 9), entretanto as perdas históricas da Companhia não são relevantes, e não há expectativa de mudanças significativas na redução aos valores recuperáveis dos ativos financeiros.

(iii) *Classificação - Passivos Financeiros*

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 (IAS 39) para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com o CPC 38 (IAS 39), todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo por meio do resultado são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em outros resultados abrangentes; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui passivos classificados como a valor justo por meio do resultado, e portanto não são esperados impactos relevantes.

(iv) *Divulgações*

O CPC 48 (IFRS 9) exigirá extensivas novas divulgações, especificamente risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A Companhia está em processo de avaliação preliminar e estará preparada para atender aos novos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), quando da sua adoção.

### **Outras alterações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016** - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- **IFRS 16** - Leases (Arrendamentos);
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **7 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **(i) Propriedade para investimento**

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento da Companhia a cada ano.

### **(ii) Imobilizado**

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

**(iii) Ativos intangíveis**

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

**(iv) Contas a receber de clientes e outros créditos**

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

**(v) Outros passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	5.560	4.041
Aplicação financeira	<u>520</u>	<u>44.685</u>
	<b><u>6.080</u></b>	<b><u>48.726</u></b>

As aplicações financeiras detidas pela Companhia em títulos de renda fixa refletem as condições usuais de mercado e são remuneradas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). As operações com prazo de aplicação de pelo menos 30 dias foram remuneradas, em média, a 97% do CDI (99,5% em 2016) e foram mensuradas ao valor justo, em contrapartida do resultado. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 9 Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Clientes	513.570	472.132
Partes relacionadas (nota 26)	<u>-</u>	<u>4</u>
	<b>513.570</b>	<b>472.136</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(42.859)</u>	<u>(43.066)</u>
	<b><u>470.711</u></b>	<b><u>429.070</u></b>
<b>Ativo circulante</b>	<b><u>462.307</u></b>	<b><u>414.846</u></b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b><u>8.404</u></b>	<b><u>14.224</u></b>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para atendimento a eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a análise individual dos devedores e cuja inadimplência supera 180 dias, conforme demonstrado no quadro de aging abaixo:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Valores a vencer</b>	<b>443.230</b>	<b>418.919</b>
Valores Vencidos		
até 30 dias	14.788	5.815
de 31 a 60 dias	736	3.950
de 61 a 90 dias	12.202	135
de 91 a 180 dias	84	883
Acima de 181 dias	<u>42.530</u>	<u>42.434</u>
<b>Total Vencido</b>	<b><u>70.340</u></b>	<b><u>53.217</u></b>
 <b>Contas a receber</b>	 <b><u>513.570</u></b>	 <b><u>472.136</u></b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo no início do ano	43.066	41.581
Complemento de provisão no exercício	532	4.993
Valores baixados da provisão	<u>(739)</u>	<u>(3.508)</u>
 <b>Saldo em 31 de dezembro</b>	 <b><u>42.859</u></b>	 <b><u>43.066</u></b>

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes finais da Companhia ser altamente diversificada. A Companhia possui mais de 220 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 20% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

## 10 Estoques

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Matéria-prima	107.943	90.985
Produtos em elaboração	50.453	50.101
Produtos acabados	94.326	82.942
Embalagens	3.356	2.741
Outros materiais	1.185	6.274
Importação em andamento	<u>6.821</u>	<u>13.393</u>
	<b><u>264.084</u></b>	<b><u>246.436</u></b>

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo do início do ano	(1.239)	(3.298)
Complemento de provisão	(1.404)	(937)
Valores baixados de provisão	1.797	2.996
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(846)</b>	<b>(1.239)</b>

Os itens de estoque sem movimentação de saída há mais de noventa dias são considerados obsoletos, e passam a compor o saldo da provisão. No exercício de 2017, os principais itens provisionados foram produtos acabados, matéria prima e em processo de BOPP, Chapas e Tampas Plásticas.

## 11 Impostos a recuperar

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
ICMS a recuperar	14.932	11.889
PIS/COFINS a recuperar	231	755
PIS/COFINS processo fiscal (i)	16.723	15.211
IRRF a compensar	1.094	1.099
IPI a recuperar	278	1.643
Outros	2.445	1.165
	<b>35.703</b>	<b>31.762</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>18.980</b>	<b>16.551</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>16.723</b>	<b>15.211</b>

- (i) A Companhia obteve sentença favorável do processo 0060657.83.2013.4.01.0000 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, desta forma, este processo está transitado em julgado, gerando um crédito tributário com saldo de R\$ 16.723 (R\$ 15.211 em 31 de dezembro de 2016).

## 12 Outras contas a receber

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Custos a amortizar (i)	2.681	2.681
Outros adiantamentos	671	830
Sinistros a receber	207	361
Outras contas a receber	266	359
<b>Ativo circulante</b>	<b>3.825</b>	<b>4.231</b>
Custos a amortizar (i)	4.915	7.596
Outras contas a receber	291	291
<b>Ativo não circulante</b>	<b>5.206</b>	<b>7.887</b>

- (i) A Companhia teve custos com as instituições financeiras, na estruturação dos contratos de empréstimos para aquisição da Innova. Esse custo foi contabilizado no curto e longo prazo, e será amortizado junto com os pagamentos dos contratos de financiamento.

### 13 Propriedade para investimento

	2017	2016
Terrenos e edificações	<u>185.312</u>	<u>185.312</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b><u>185.312</u></b>	<b><u>185.312</u></b>

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 31 de dezembro de 2017.

A movimentação do saldo das propriedades para investimento foi como segue:

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	185.312	162.059
Reclassificação de imobilizado para propriedade para investimento	<u>-</u>	<u>23.253</u>
<b>Total</b>	<b><u>185.312</u></b>	<b><u>185.312</u></b>

Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambas) mantida pelo proprietário para obter renda por meio de aluguel ou para valorização do capital ou para ambas situações, sem a intenção de venda ou uso, que gera fluxos de caixa independentes dos outros ativos.

## 14 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Peças e Conjuntos de Instalações de Reposição Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Processamento de Dados	Veículos	Moldes e Ferramentas	Equipamentos de Telefonia	Provisão para perda Impairment (nota 14.1)	Imobilizado em Andamento (nota 14.2)	Spare Parts	Mais Valia Imobilizado	Totais	
<b>Saldos 31 de dezembro de 2015</b>	85.023	275.838	961.558	-	166.353	15.416	21.503	721	29.819	1.144	(6.295)	118.540	26.725	203.479	1.899.824
Adições	-	641	5.326	305	-	55	126	-	39	19	(12.093)	104.377	27.371	-	126.166
Baixa	8.624	(31.877)	(6.913)	-	-	(25)	(583)	(497)	-	-	-	(56.410)	(19.740)	-	(107.421)
Transferência	-	9.932	86.150	-	302	93	468	3.938	2.052	-	-	(102.935)	-	-	-
<b>Saldos 31 de dezembro de 2016</b>	93.647	254.534	1.046.121	305	166.655	15.539	21.514	4.162	31.910	1.163	(18.388)	63.572	34.356	203.479	1.918.569
Adições	-	-	31.713	192	27	35	36	66	36	17	(856)	114.592	-	-	145.858
Baixa	-	(440)	(595)	-	-	(8)	(329)	(30)	-	-	41	(33.062)	(2.054)	-	(36.477)
Transferência	-	359	13.906	861	879	-	696	544	-	-	-	(17.245)	-	-	-
<b>Saldos 31 de dezembro de 2017</b>	93.647	254.453	1.091.145	1.358	167.561	15.566	21.917	4.742	31.946	1.180	(19.203)	127.857	32.302	203.479	2.027.950
<b>Depreciação</b>															
<b>Saldos 31 de dezembro de 2015</b>	-	(84.872)	(493.585)	-	(57.869)	(12.830)	(19.218)	(602)	(26.043)	(1.055)	-	-	-	(3.282)	(699.356)
Depreciação do exercício	-	(9.332)	(51.508)	-	(13.762)	(415)	(725)	(545)	(190)	(10)	-	-	-	(13.128)	(89.615)
Baixa	-	-	6.597	-	-	24	584	-	-	-	-	-	-	-	7.205
<b>Saldos 31 de dezembro de 2016</b>	-	(94.204)	(538.496)	-	(71.631)	(13.221)	(19.359)	(1.147)	(26.233)	(1.065)	-	-	-	(16.410)	(781.766)
Depreciação do exercício	-	(8.581)	(54.466)	-	(7.544)	(271)	(668)	(711)	(375)	(9)	-	-	-	(13.128)	(85.753)
Baixa	-	0	74	-	-	4	321	-	-	-	-	-	-	-	399
<b>Saldos 31 de dezembro de 2017</b>	-	(102.785)	(592.888)	-	(79.175)	(13.488)	(19.706)	(1.858)	(26.608)	(1.074)	-	-	-	(29.538)	(867.120)
<b>Valor residual</b>															
Saldos 31 de dezembro de 2017	93.647	151.668	498.257	1.358	88.386	2.078	2.211	2.885	5.338	106	(19.203)	127.857	32.302	173.940	1.160.830
Saldos 31 de dezembro de 2016	93.647	160.330	507.625	305	95.024	2.318	2.155	3.015	5.677	98	(18.388)	63.572	34.356	187.069	1.136.803
Taxa média de depreciação anual	0,00%	3,34%	6,06%	0,00%	9,76%	7,96%	16,28%	19,34%	11,00%	6,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	16,28%



A Companhia ofereceu o imóvel da Unidade I, situado na Avenida Torquato Tapajós, do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica da unidade de produção de filme de polipropileno bi-orientado (BOPP). O montante oferecido em garantia foi de R\$ 314.835.

#### 14.1 Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída por imobilizados e peças de reposição de segmentos descontinuados. O montante de R\$ 19.203 é constituído por itens que não estão em operação, conforme detalhada abaixo:

	2017	2016
Máquinas e equipamentos	11.557	11.557
Moldes e ferramentas	2.009	2.009
Outros	1.035	1.035
Peças de reposição	4.602	3.787
	<u>19.203</u>	<u>18.388</u>

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados. Os ativos vinculados à aquisição da Innova S.A. que tem vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicativos de perda de valor. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associados aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos.

#### 14.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 127.857 (R\$ 63.572 em 31 de dezembro de 2016), e estavam substancialmente representadas pelos projetos: Expansão da planta de Estireno (R\$ 32.500); Nova planta de EPS 2 - Poliestireno expandido (R\$ 14.800); Investimento para partida da Linha 3 BOPP (R\$ 8.230); Modernização e melhorias nas plantas de PS, ES, EB e Tampas (R\$ 6.800).

Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção e atualização do parque fabril, cuja previsão de entrada em operação é o segundo semestre de 2018, são capitalizados como parte do custo do projeto. Os custos do empréstimo capitalizado a ativar, e contabilizados até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 52.597 (R\$ 48.472 em 2016). Todos os demais custos de empréstimos não relacionados à aquisição de ativo imobilizado foram registrados como despesa no período.

## 15 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Ágio por expectativa de Rentabilidade Futura	Mais Valia	Totais
<b>Saldos 31 de dezembro de 2015</b>	<u>18.954</u>	<u>16.930</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>386.029</u>
Adições	<u>998</u>	<u>2.293</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.291</u>
<b>Saldos 31 de dezembro de 2016</b>	<u>19.952</u>	<u>19.223</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>389.320</u>
Adições	<u>1.091</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.092</u>
Baixas	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
<b>Saldos 31 de dezembro de 2017</b>	<u>21.042</u>	<u>19.224</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>390.411</u>
<b>Amortização</b>					
<b>Saldos 31 de dezembro de 2015</b>	<u>(9.542)</u>	<u>(13.915)</u>	<u>-</u>	<u>(8.719)</u>	<u>(32.176)</u>
Amortização do exercício	<u>(1.798)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34.876)</u>	<u>(36.674)</u>
<b>Saldos 31 de dezembro de 2016</b>	<u>(11.340)</u>	<u>(13.915)</u>	<u>-</u>	<u>(43.595)</u>	<u>(68.850)</u>
Amortização do exercício	<u>(1.728)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34.876)</u>	<u>(36.604)</u>
Baixa	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
<b>Saldos 31 de dezembro de 2017</b>	<u>(13.067)</u>	<u>(13.915)</u>	<u>-</u>	<u>(78.471)</u>	<u>(105.453)</u>
<b>Valor residual</b>					
Saldos 31 de dezembro de 2017	<u>7.975</u>	<u>5.309</u>	<u>243.866</u>	<u>27.808</u>	<u>284.958</u>
Saldos 31 de dezembro de 2016	<u>8.612</u>	<u>5.308</u>	<u>243.866</u>	<u>62.684</u>	<u>320.470</u>
Taxa média de Amortização anual	19,13%	0,00%	0,00%	0,00%	19,13%

### 15.1 Ágio

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Innova S.A. foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição	1.105.219
(-) Patrimônio Líquido - Innova em 31/10/2014	(643.381)
(-) Mais valia	<u>(217.972)</u>
<b>Ágio na aquisição</b>	<b>243.866</b>

A aquisição resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R\$ 243.866. Ele é consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das duas empresas. Existe também grande sinergia comercial, dado que a Incorporadora também produz Poliestirenos, mas não o Estireno.

Outro ponto de destaque é o projeto de expansão para construção de uma segunda planta de Estireno. Ela possibilitará aumentar a participação da Videolar-Innova no mercado de estireno, ainda deficiente no Brasil.

A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor

recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior.

As premissas utilizadas para teste de impairment consideraram taxa de crescimento de 11,4% e taxa de desconto de 14,04% anuais num horizonte de 5 anos.

## 16 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	2017	2016
Banco do Brasil - FINIMP	(i) 3,15% a.a.	Aval	13/01/2017	-	48.529
Banco Bradesco Europa	(ii) Libor EUR + 3,25% a.a.	Nota Promissória	22/07/2021	16.846	41.691
BNDES Contrato I	(iii) TJLP + 2,12% a.a.	Imóveis	15/10/2017	-	13.010
BNDES Contrato II	(iii) TJLP + 2,42% a.a.	Imóveis	15/06/2020	15.931	21.629
Debêntures	(iv) VC + 4,96% a.a.	Aval + Alien. Fiduc.	20/10/2020	205.631	346.130
Banco Citibank	(v) Libor USD + 3,50% a.a.	Aval + Alien. Fiduc.	25/09/2020	214.463	310.042
Diversos - Adto s/ Cambiais Entregues	(vi) 1,35% a 1,47% a.a.	Duplicatas	14/04/2018	21.076	-
Banco Bradesco - FINAME	(vii) 14,63% a.a.	Alienação Fiduciária	15/12/2020	-	3.169
				<b>473.947</b>	<b>784.200</b>
<b>Passivo Circulante</b>				<b>198.821</b>	<b>326.641</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				<b>275.126</b>	<b>457.559</b>

- (i) A Companhia quitou o contrato junto ao Banco do Brasil referente a financiamento para aquisição de matéria-prima (Finimp) utilizada no processo produtivo de Resinas Plásticas.
- (ii) A Companhia possui contrato de linha de crédito internacional firmado com o Banco Bradesco Europa destinado a aquisição de máquinas e equipamentos cuja taxa de juros é de Libor EUR + 3,25% a.a.. O financiamento é composto por diversos desembolsos parciais com prazo máximo de 60 meses, os quais se iniciaram em fevereiro de 2011 e contaram com carência de 6 meses para juros e de 24 meses para pagamento do principal. Em agosto de 2016 foi liberado o último desembolso (26º) que somou o valor total de EUR 744.
- (iii) No exercício de 2010, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 84.100. O contrato previa uma remuneração composta pela Taxa de Juros de Longo Prazo + 2,12% a.a.

Em 2012, nova linha de crédito junto ao BNDES no montante de R\$ 30.100 foi disponibilizada, com remuneração composta da Taxa de Juros de Longo Prazo + 2,42% a.a., contando com carência de dois anos para pagamento do principal e amortização em 66 meses.

Esses financiamentos contam com carência de dois anos para pagamento do principal e amortização em 66 meses e tiveram como finalidade a expansão e a construção de uma unidade industrial para produção dos filmes de Polipropileno Bi-orientado (BOPP), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Os imóveis dados em garantia somam o valor de R\$ 314.835.

No exercício de 2017 foi liquidado o Contrato I (de 2010), restando apenas o saldo do Contrato II, assinado em 2012.

- (iv) Em 07 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples*, no valor de R\$ 300.000, com data de emissão em 25 de outubro de 2014 e vencimento em 25 de Outubro de 2020. As debêntures são corrigidas pelo fator de variação cambial de reais por dólares dos Estados Unidos da América (PTAX800, opção 5) e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios de 4,96% a.a., pagos em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão. A amortização do principal se dará em 9 (nove) parcelas, também semestrais e consecutivas, sendo que a primeira venceu em 25 de outubro de 2016.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A.

Ao final de cada exercício, desde 2014, o contrato possui obrigações relacionadas a indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nos índices de Dívida Financeira Líquida dividida por EBITDA e o índice de Dívida Total dividida pelo Patrimônio Líquido.

- (v) Em 23 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco Citibank contrato de crédito no valor de USD 100.004 com vencimento em 25 de Setembro de 2020. O contrato prevê remuneração com taxa de juros de Libor USD + 3,50% a.a., sendo os pagamentos de juros trimestrais e carência de dois anos para pagamento de principal.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A..

O contrato possui obrigação relacionada a indicador financeiro (*covenant*) medido trimestralmente com base no índice de Dívida Financeira Líquida dividida pelo EBITDA acumulado em 12 meses.

- (vi) As operações de ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio) foram contratadas em abril de 2017 no valor de EUR 10.000 a juros de 1,35% a 1,47% a.a. e vencimento em abril de 2018.
- (vii) Em dezembro de 2015 a Companhia obteve junto ao Banco Bradesco, mediante repasse contratado com o BNDES, operação de FINAME no valor de R\$ 3.544 com taxa pré-fixada de 14,63% a.a. e vencimento em 15/12/2020. Os recursos se destinam a aquisição de caminhões para a unidade de Triunfo/RS. Em dezembro de 2017 foi antecipada a liquidação deste contrato.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	2017	2016
2018	-	155.638
2019	160.674	156.064
2020	113.807	145.857
2021	645	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>275.126</b>	<b>457.559</b>

Movimentação patrimonial dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Saldo 2016	Adição	Juros	Juros capitalizados	IRRF	Amortização	Variação cambial capitalizada	Variação cambial	Saldo 2017
Banco do Brasil - FINIMP	48.529	27.826	404	-	51	(77.553)	-	743	-
Banco Bradesco Europa	41.691	-	(23)	882	129	(29.200)	3.243	124	16.846
BNDES	34.639	-	2.170	-	-	(20.878)	-	-	15.931
Debêntures	346.130	-	12.858	-	-	(80.701)	-	(72.656)	205.631
Banco Citibank	310.042	-	12.166	-	2.147	(111.485)	-	1.593	214.463
Diversos - Adto s/ Cambiais	-	112.777	-	-	-	(97.435)	-	5.734	21.076
Entregues Banco Bradesco - FINAME	3.169	-	361	-	-	(3.530)	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>784.200</b>	<b>140.603</b>	<b>27.936</b>	<b>882</b>	<b>2.327</b>	<b>(420.782)</b>	<b>3.243</b>	<b>(64.462)</b>	<b>473.947</b>

**a. Índices financeiros (Covenants)**

Os instrumentos de dívida destinados ao pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A. preveem limites contratuais para indicadores financeiros destinados a monitorar o nível de endividamento (alavancagem) da Companhia, conforme abaixo:

**Debêntures**

- relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 igual ou inferior a 3,0 vezes;
- relação Dívida Total/Patrimônio Líquido ao final do período findo em 31 de dezembro de 2017 igual ou inferior a 1,0 vez.

**Contrato de Crédito CITIBANK**

- relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 igual ou inferior a 3,5 vezes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu os índices (covenants) estabelecidos pelos credores.

**17 Fornecedores**

	2017	2016
Fornecedores nacionais	39.444	21.886
Fornecedores estrangeiros	311.921	267.549
	<u>351.365</u>	<u>289.435</u>

**18 Provisão para contingências e depósitos judiciais**

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões no passivo para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	2017	2016
Tributárias	-	506
Trabalhistas	3.949	5.823
Cíveis	1.293	1.257
Mais valia	11.020	11.020
<b>Passivo não circulante</b>	<u>16.262</u>	<u>18.606</u>

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

Provisão para contingências	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.477</b>	<b>3.018</b>	<b>3.044</b>	<b>11.020</b>	<b>20.559</b>
(+) Complemento de provisão	2.546	7.145	-	-	9.691
(-) Baixa de provisão	(5.517)	(4.340)	(1.787)	-	(11.644)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>506</b>	<b>5.823</b>	<b>1.257</b>	<b>11.020</b>	<b>18.606</b>
(+) Complemento de provisão	-	2.463	45	-	2.508
(-) Baixa de provisão	(506)	(4.337)	(9)	-	(4.852)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>-</b>	<b>3.949</b>	<b>1.293</b>	<b>11.020</b>	<b>16.262</b>

Os principais processos são comentados a seguir:

### **Processos tributários**

O prognóstico de perda possível que não estão provisionados no montante de R\$ 764.057 (R\$ 464.299 em 2016) refere-se à contestação pela Companhia sobre cobrança de autos de infração.

Os principais processos são: (i) Fiscalização estadual sob alegação de não pagamento de ICMS substituição tributária referente aos seguintes processos: processo nº 4.003.845-2 com valor histórico de R\$ 263.633 (R\$ 263.633 em 2016); processo nº 4.053.124-7 com valor histórico de R\$ 111.415 e processo nº 4.064.588-5 com valor histórico de R\$ 114.533; (ii) diferença de Imposto de Importação em decorrência de não atualização do DCR-E processo nº 10283.722865/2015-40 no montante de R\$ 42.923 (R\$ 33.959 em 2016); e (iii) impugnação ao auto de infração 2016000088, lavrado pela prefeitura de Manaus/Amem face da AMZ (incorporada pela Videolar em 2015) referente à retenção de ISSQN na remessa de Royalties com valor histórico de R\$ 72.276 (R\$ 72.276 em 2016).

A Companhia possui depósitos judiciais tributários registrados no montante de R\$ 10.540 (R\$ 19.568 em 2016) referentes principalmente ao Processo 2006.32.00.005992-1 de exclusão do PIS/COFINS na base de cálculo do IR e CSLL no valor de R\$ 728 (R\$ 8.561 em 2016). A redução no valor deve-se a decisão judicial; Processo 0011620-22.2015.54.01.3200 de Inexigibilidade de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras no valor R\$ 1.569; Processo 0016693-09.2014.4.01.3200 assegurando o direito líquido e certo da Impetrante de proceder à importação e ao desembaraço aduaneiro de monômero de estireno no valor R\$ 2.890 (R\$ 1.497 em 2016); e Processo 0007521-72.2016.4.01.3200 por falta de recolhimento de contribuições patronais no valor R\$ 685.

### **Processos trabalhistas**

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual dos processos de reclamações trabalhistas.

A Videolar-Innova figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 12.144 (R\$ 18.742 em 2016), para os quais a perda é possível e que, portanto, não estão provisionados, no valor total de R\$ 3.949 (R\$ 5.823 em 2016), para os quais a perda é considerada provável, e estão provisionados.

### Processos cíveis

A Videolar-Innova figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 11.101 (R\$ 118.627 em 2016) para as quais a perda é possível. A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas aos processos envolvendo principalmente discussões comerciais. No exercício de 2017 a principal causa apresentou acordo entre as partes:

#### **Banco Fortis**

Em junho de 2008, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A. (“Darlet”), fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP.

Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento à Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695 mil. Por meio dos seus assessores jurídicos na França, Sonier & Associates, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos por 5 anos do Banco Fortis para Darlet foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo, portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados pelo Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Banco Fortis deveria fazer adiantamentos para a Companhia por meio do pagamento para a Darlet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	<b>31/12/2010</b>
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	<u>36.163</u>
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	<u>(7.695)</u>

Em novembro de 2011, a Videolar-Innova foi notificada pelo BNP Paribas quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce (“ICC”), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EUR 18.715 mil.

Em 18 de abril de 2017, a Videolar-Innova e BNP Paribas firmaram acordo no valor total de EUR 10.872 mil (R\$ 32.719), para pagamento pela Videolar-Innova em 48 meses, sendo a primeira parcela paga em 30 de abril de 2017 e a última a ser paga em 30 de março de 2021. Os valores das parcelas são decrescentes, iniciando em EUR 246 mil e finalizando em EUR 207 mil. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo a pagar de R\$ 31.846 está registrado em outras obrigações sendo R\$ 9.799 e R\$ 22.047 no circulante e não circulante respectivamente.

### **Mais valia**

Na data da aquisição da Innova, foi reconhecido uma mais valia do passivo contingente existente na data de assinatura do contrato no valor total de R\$ 62.888. Após a realização parcial desta mais valia, o saldo apresentado em 2017 é de R\$ 11.020.

### **Depósitos judiciais**

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Mais Valia</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>30.608</b>	<b>1.116</b>	<b>16</b>	<b>223</b>	<b>31.963</b>
(+) Adição	6.917	513	1.684	-	9.114
(-) Baixa	(17.956)	(527)	-	-	(18.483)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>19.569</b>	<b>1.102</b>	<b>1.700</b>	<b>223</b>	<b>22.594</b>
(+) Adição	15.731	561	50	-	16.342
(-) Baixa	(24.760)	(588)	-	-	(25.348)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>10.540</b>	<b>1.075</b>	<b>1.750</b>	<b>223</b>	<b>13.588</b>

## **19 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia é de R\$ 686.832.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia estava representado por 1.185.861 ações ordinárias, 363.859 ações preferenciais classe “A”, totalizando 1.549.720 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral.

### **b. Ajuste de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial são provenientes de avaliações patrimoniais de terrenos e edificações disponíveis em Propriedade para Investimento e adoção do custo atribuído (Deemed Cost) sobre bens registrados no Imobilizado.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão realizados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que eles se referem.

### **c. Reserva legal**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 157.939, foi constituído R\$ 7.897 de reserva legal.

### **d. Dividendos**

Em 2017, o lucro líquido foi destinado para reservas legais (R\$ 7.897), reservas de incentivos fiscais (R\$ 100.976) e reservas de lucros (R\$ 49.311). Não há previsão de distribuição mínima de dividendos no estatuto.



**e. Reserva de incentivos fiscais**

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977).

Em 31 de dezembro de 2016 foi destinado o montante de R\$ 322.626 para a constituição da reserva de incentivos fiscais. Sendo R\$ 108.094 do exercício de 2016 e R\$ 214.532 complementando o limitador dos lucros de 2012 a 2015.

Em 31 de dezembro de 2017 foi destinado o montante de R\$ 100.976 para a constituição de reserva de incentivos fiscais de ICMS. Este incentivo é concedido pelo estado do Amazonas que eleva o percentual do crédito fiscal presumido de regionalização de forma que o imposto apurado não represente saldo credor nem devedor.

O incentivo fiscal de imposto de renda proporciona uma redução da despesa desse tributo. Esse incentivo, calculado com base no lucro da exploração, é aplicado às receitas das Unidades de Manaus. Em 2017 foi constituído o valor de R\$ 7.876 para reserva de incentivos fiscais de IRPJ.

**f. Reserva de retenção de lucros**

Em 2017 foi constituída a reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 49.311 (R\$ 42.943 no ano de 2016), totalizando o valor de R\$ 92.254 à disposição dos acionistas.

**20 Receita operacional líquida**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita operacional bruta	2.551.790	2.408.265
Créditos de incentivos fiscais (nota 27)	100.976	95.772
Impostos sobre as receitas	(448.058)	(439.803)
Devoluções	(12.787)	(15.346)
	<b>2.191.921</b>	<b>2.048.888</b>

**21 Custos dos produtos vendidos**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Custo dos produtos vendidos	(1.507.623)	(1.391.996)
Custo de mercadoria revendidas	(27.062)	(15.597)
Gastos gerais de fabricação	(197.314)	(198.989)
Ociosidade na produção	(52.759)	(38.447)
Outros	(6.446)	(5.431)
	<b>(1.791.204)</b>	<b>(1.650.460)</b>

## 22 Despesas administrativas e vendas

	2017	2016
Despesas de folha de pagamento	(53.732)	(56.861)
Depreciação	(5.422)	(9.246)
Energia elétrica	(517)	(507)
Impostos e taxas	(3.150)	(3.003)
Provisões	1.208	(204)
Impairment	(815)	(12.094)
Honorários advocatícios	(3.554)	(1.173)
Conservação de ativos	(212)	(404)
Despesas de viagens	(1.366)	(1.130)
Fretes e carretos	(76.618)	(76.031)
Manutenção e reparos	(4.048)	(4.458)
Consultoria e assessoria	(5.101)	(4.910)
Despesas de seguros	(437)	(519)
Licença de uso	(2.028)	(2.199)
Despesas de importação	(3.852)	(3.527)
Propaganda e publicidade	(1.060)	(2.376)
Outros	(8.560)	(7.393)
	<u>(169.264)</u>	<u>(186.035)</u>

## 23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2017	2016
Venda de ativo	219	1.086
Perdas e ganhos com baixa de ativo	(19)	(317)
Perdas e ganhos com sinistros	(360)	(16)
Venda de sucata	2.107	1.663
Receita de locação	9.245	9.581
Fundopem (nota 27)	24.886	20.417
Recuperação de impostos	10.380	-
Outros	(2.758)	(648)
	<u>43.700</u>	<u>31.766</u>

## 24 Receita (despesas) financeiras líquidas

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	10.498	6.530
Variação monetária	13.913	5.211
Descontos obtidos	21	888
Receita com operações Swap	17.165	28.975
	<u>41.597</u>	<u>41.604</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(47.171)	(48.301)
Descontos concedidos	(4.865)	(2.494)
Despesas bancárias	(348)	(2.031)
Despesa com operações Swap	(44.920)	(20.642)
Outras	(13.356)	(10.615)
	<u>(110.660)</u>	<u>(84.083)</u>
Variações cambiais, líquidas		
Variações cambiais ativas	169.591	389.828
Variação cambial passiva	(117.407)	(184.311)
	<u>52.184</u>	<u>205.517</u>

## 25 Imposto de renda e contribuição social

### a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2017	2016
Créditos sobre prejuízo fiscal	108.768	150.064
Ajuste de avaliação patrimonial	(50.100)	(50.184)
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	115.459	133.933
Imposto diferido sobre mais valia	(64.923)	(81.245)
Créditos sobre diferenças temporárias:		
- créditos sobre provisões	80.550	78.625
	<u>189.754</u>	<u>231.193</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>189.754</u>	<u>231.193</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 319.907 (R\$ 441.362 em 31 de dezembro de 2016), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado, na rubrica de “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Variações cambiais líquidas	134.410	146.805
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	42.859	43.066
Perdas estimadas para valores recuperáveis de estoques	846	1.239
Perdas estimadas diversas	53.555	32.554
Provisão para contingências judiciais	5.242	7.586
<b>Total provisões (reversões)</b>	<b>236.912</b>	<b>231.250</b>
Alíquota IR e CS -34% e 15%	34%	34%
IR/CS sobre diferenças temporárias	<b>80.550</b>	<b>78.625</b>

A Companhia, fundamentada nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2017 e aprovados pela Diretoria, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Videolar-Innova estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

<b>Anos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
	32.631	
2018		42.900
2019	22.842	32.149
2020	15.989	22.505
2021 a 2028	37.306	52.510
	<b>108.768</b>	<b>150.064</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

**b. Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos**

A reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no montante de (R\$ 68.652) em 2017 e R\$ 9.038 em 2016 estão demonstradas a seguir:

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	226.591	375.514
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada</b>	<b>(77.041)</b>	<b>(127.674)</b>
Incentivos de Subvenções	43.750	36.772
Utilização de prejuízo fiscal para pagamento de impostos (*)	(36.551)	-
Diferenças permanentes	1.127	12.356
Diferenças temporárias	63	78.465
Diferido sobre avaliações de ativos	-	9.119
<b>Total do IR Corrente e Diferido</b>	<b>(68.652)</b>	<b>9.038</b>
Alíquota efetiva	30%	(2%)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.808)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(57.844)	9.038

(\*) A utilização do prejuízo fiscal é relativa a compensação na apuração do imposto de renda e contribuição social e, principalmente, a compensação de impostos, que estavam em discussão judicial, com probabilidade de perda possível e remota classificados pelos assessores jurídicos da Companhia, no montante de R\$ 55.860, por meio da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

**c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar**

	2017	2016
Imposto de renda	-	647
Contribuição social	583	1.460
	<b>583</b>	<b>2.107</b>

**d. Regime tributário de transição**

A Companhia optou pelo Regime Tributário instituído pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas de acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Legislação.

Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 12.973/14 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica ("EFC") no ano de 2016.

## 26 Informações sobre partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 3.000, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2017.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 2.679 (R\$ 2.211 em 2016).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

A Administração efetuou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	2016		
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
M. L. Parisotto	4	-	107
	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>107</u>
<b>Ativo</b>		<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contas a receber (Nota 9)		-	4
<b>Total de ativos</b>		<u>-</u>	<u>4</u>

As transações acima foram efetuadas conforme condições contratuais estabelecidas entre as partes.

## 27 Incentivos fiscais

Incentivo	2017	2016
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários (nota 20)	100.976	95.772
Benefício financeiro do FUNDOPEM/RS (nota 23)	<u>24.886</u>	<u>20.417</u>
	<u><b>125.862</b></u>	<u><b>116.189</b></u>

## 28 Instrumentos financeiros

### a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

- Risco operacional
- Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Videolar-Innova a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

**b. Estrutura de gerenciamento de risco**

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Videolar-Innova possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

**(i) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	6.080	48.726
Contas a Receber	470.711	429.070
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	21.355	12.401
	<u>498.146</u>	<u>490.197</u>

*Caixa e equivalente de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

*Contas a receber*

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda para liquidação duvidosa, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 9 - Contas a receber.

(ii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação, portanto podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual				
		Total	Até 1 ano	2-3 anos	4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos	473.947	509.540	217.679	291.187	674	-
Fornecedores	351.365	351.365	351.365	-	-	-
	<b>825.312</b>	<b>860.905</b>	<b>569.044</b>	<b>291.187</b>	<b>674</b>	<b>-</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(iii) **Risco de mercado**

a. **Risco com taxa de juros**

A Companhia possui aplicações financeiras remuneradas à variação da taxa de juros CDI. Em 31 de dezembro de 2017, esses ativos somam o valor de R\$ 520.

	2017	2016
<i>Instrumento de taxa variável</i>		
Aplicação financeira	520	44.685
	<b>520</b>	<b>44.685</b>

**Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI**

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia utiliza a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI/SELIC de 6,75% para o ano de 2018, ante a taxa efetiva de 9,91% verificada no ano de 2017.



	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I - de 25%</b>	<b>Cenário II - de 50%</b>
Taxa efetiva anual da CDI de 2017	9,91%	7,43%	4,96%
Aplicações financeiras	520	520	520
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	6,75%	5,06%	3,38%
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento / (Redução)	(16)	(12)	(8)

#### **Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor USD**

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor USD em 31 de dezembro de 2017. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 214.463.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor USD 12 meses estimada em 2,53% cenário provável para o ano de 2018, ante a taxa efetiva de 2,11% verificada em 31 de dezembro de 2017.

	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I - de 25%</b>	<b>Cenário II - de 50%</b>
Taxa efetiva anual da Libor USD de 2017	2,11%	1,58%	1,06%
Empréstimo Banco Citibank	64.832	64.832	64.832
Taxa anual estimada da Libor USD 12 meses (*)	2,53%	1,90%	1,27%
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento / (Redução)	272	207	136

(\*) A pesquisa Focus não divulga previsões para as taxas de juros Libor USD. Dessa forma, para determinar o cenário provável a Videolar-Innova considerou uma elevação de 20% sobre os níveis correntes de mercado.

#### **Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor EUR**

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor EUR em 31 de dezembro de 2017. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 16.846.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor EUR 12 meses estimada em 0,0% cenário provável para o ano de 2018, ante a taxa efetiva de (0,24%) verificada em 31 de dezembro de 2017.

	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I - de 25%</b>	<b>Cenário II - de 50%</b>
Taxa efetiva anual da Libor EUR de 2017	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo Bradesco Europa	4.244	4.244	4.244
Taxa anual estimada da Libor EUR 12 meses	(0,24%)	(0,18%)	(0,12%)
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento / (Redução)	(10)	(8)	(5)

#### **Análise de sensibilidade à variação da taxa TJLP**

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da TJLP em 31 de dezembro de 2017. Nestas condições, a Companhia apresentava valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 15.931.

A expectativa de mercado indicava uma taxa de TJLP estimada em 6,75% cenário provável para o ano de 2018, ante a taxa efetiva de 7,12% verificada no ano de 2017.

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
Taxa efetiva anual da TJLP de 2017	7,12%	5,34%	3,56%
Empréstimo BNDES	15.931	15.931	15.931
Taxa anual estimada da TJLP 12 meses (*)	6,75%	5,06%	3,38%
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento / (Redução)	(59)	(45)	(29)

(\*) O cenário provável utilizado pela Videolar-Innova para a TJLP considerou a manutenção dos níveis correntes de mercado, em linha com as expectativas gerais para o movimento de redução das taxas básicas de juros no Brasil.

**b. Risco de taxa de câmbio**

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

		2017		2016	
		Valor nominal moeda estrangeira		Valor nominal moeda estrangeira	
		Em \$'000	R\$ Mil	Em \$'000	R\$ Mil
Empréstimo B.Brasil	USD	-	-	14.890	48.529
Empréstimo Citibank (*)	USD	64.832	214.463	95.131	310.042
Debêntures	USD	62.131	205.531	106.204	346.130
Empréstimo Bradesco	EURO	4.244	16.846	12.125	41.691
ACC (Antec. C. Câmbio)	EURO	5.310	21.076	-	-
Fornecedores Estrangeiros	USD	90.414	299.090	79.162	257.998
Fornecedores Estrangeiros	EURO	3.224	12.797	2.778	9.551
Fornecedores Estrangeiros	GBP	8	34	-	-

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

(\*) A Companhia possui um contrato de SWAP USD-EUR com o Banco Santander no equivalente ao empréstimo com o Banco Citibank.

**Transações de swap cambial**

A Companhia realizou derivativos financeiros em dólares norte-americanos e euro, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares ou euros, observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e pagará a diferença entre a variação cambial em dólares ou euro observada no período, sobre o valor em dólares norte-americanos ou euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado financeiro a perda de R\$ 12.623 neste tipo de operação referente ao contrato que estava em aberto nesta data e o volume total protegido é de USD 71.497 mil e EURO 62.798 mil.

Vencimento	Ativo (USD)	Passivo (EUR)	Paridade EUR/USD	Valor USD	Ajuste USD	Taxa USD	Ajuste R\$
25/09/2020	71.497	62.798	1,1993	75.313	(3.816)	3.3080	(12.623)

#### Análise de sensibilidade cambial

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2017. A Videolar-Innova considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real na paridade do Dólar e do Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de R\$ 3,3080 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).

#### Risco: Flutuação do dólar

	Valor de referência US\$	Receita (Despesa) com Variação Cambial			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		<b>2,4810</b>	<b>1,6540</b>	<b>4,1350</b>	<b>4,9620</b>
Empréstimo Citibank	64.832	53.615	107.231	(53.617)	(107.233)
Empréstimo HSBC	62.131	51.484	102.866	(51.281)	(102.663)
Fornecedores Estrangeiros	90.414	<u>74.773</u>	<u>149.545</u>	<u>(74.772)</u>	<u>(149.544)</u>
Resultado financeiros - receita (despesa)		179.872	359.642	(179.670)	(359.440)

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de R\$ 3,9693 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).

- **Risco:** Flutuação do euro

	Valor de referência EUR	Receita (Despesa) com Variação Cambial			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		<b>2,9770</b>	<b>1,9847</b>	<b>4,9616</b>	<b>5,9540</b>
Empréstimo Bradesco	4.244	4.212	8.423	(4.211)	(8.423)
Fornecedores estrangeiros	3.224	3.199	6.398	(3.199)	(6.399)
ACC (Antec. C. Câmbio)	5.310	5.268	10.538	(5.270)	(10.539)
Resultado financeiros - receita (despesa)		12.679	25.359	(12.680)	(25.361)

(iv) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) **Risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

*Mensurações de valor justo*

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”), incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.:

	Classificação	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
		2017	2016	2017	2016	
<i>Ativos financeiros</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	5.560	4.041	5.560	4.041	-
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	520	44.685	520	44.685	-
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	470.711	429.070	470.711	429.070	
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	21.355	12.401	21.355	12.401	-
<b>Total</b>		<b>498.146</b>	<b>490.197</b>	<b>498.146</b>	<b>490.197</b>	
<i>Passivos financeiros</i>						
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	268.316	438.070	268.316	438.070	
Debêntures	Outros passivos financeiros	205.631	346.130	205.631	346.130	Nível 2
Instrumentos financeiros	Outros passivos financeiros	12.623	-	12.623	-	Nível 2
Fornecedores	Outros passivos financeiros	351.365	289.435	351.365	289.435	
<b>Total</b>		<b>837.935</b>	<b>1.073.635</b>	<b>837.935</b>	<b>1.073.635</b>	

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Videolar-Innova usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### *Gerenciamento de capital*

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	473.947	784.200
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.080)	(48.726)
<b>Dívida bancária líquida</b>	<b>467.867</b>	<b>735.474</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.691.292</b>	<b>1.525.394</b>
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>2.159.159</b>	<b>2.260.868</b>
<b>Relação patrimônio líquido e dívida bancária líquida</b>	<b>0,28</b>	<b>0,48</b>

## 29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 1.975.944 para danos materiais e R\$ 449.848 para lucros cessantes. Para riscos nomeados, a cobertura era composta por R\$ 789.903 para danos materiais e R\$ 86.835 para lucros cessantes. Para responsabilidade civil geral R\$ 50.000 e para seguro de riscos ambientais R\$ 50.000.

Para o seguro de transporte de cargas nacional, a cobertura era de R\$ 3.000 para embarques terrestres e R\$ 8.000 para embarques aéreos e aquaviários. No Transporte internacional importação a cobertura de US\$ 30.000 mil exclusivamente para monômero de estireno a granel e poliestireno a granel; US\$ 15.000 mil para as demais mercadorias por veículo/viagem aquaviária; US\$ 5.000 mil para o transporte aéreo das demais mercadorias ou US\$ 2.000 mil por veículo/viagem rodoviária. Para seguro de transporte exportação, a cobertura era de US\$ 4.500 mil exclusivamente para etilbenzeno e estireno e US\$ 500 mil para as demais mercadorias por veículo/ embarcação/ aeronave/ viagem ou acúmulo.

A cobertura para o seguro de vida em grupo dos funcionários tem como múltiplo salarial de 26 vezes para morte natural e 52 vezes para morte acidental, limitados a R\$ 1.528 de cobertura.

### **30 Arrendamentos operacionais**

Os compromissos referem-se, basicamente, ao contrato de locação com a Petrobrás referente ao Duto instalado entre o porto da Petrobras e a Videolar-Innova com o objetivo de levar o Monômero de Estireno para dentro dos silos da Videolar-Innova na unidade IV em Manaus. Este contrato tem o prazo de vencimento em 01 de agosto de 2019 com o valor mensal de R\$ 76.

O contrato de locação de equipamentos refere-se à locação de cilindro para nitrogênio firmado com a empresa WhiteMartins, por um prazo indeterminado.

\* \* \*

#### **Diretoria**

Lírio Albino Parisotto - Diretor-presidente e residente Manaus

Claudio Rocha Filho - Diretor de operações e recursos humanos

Rubén Eduardo Madoery - Diretor comercial

Sergio de Oliveira Machado - Diretor industrial

Mario Daud Filho - Diretor jurídico e de compliance

#### **Conselho de Administração**

Lírio Albino Parisotto

Elie Linetzky Waitzberg

Tania Maris Vanin Parisotto

Phillip Wojdyslowski

#### **Contador**

Antonio Carlos de Barros  
CRC SP 193.292/O-6